

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 530.791 - SP (2019/0261150-7)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEBORA REZENDE DANTAS MOTTA - SP311425
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ANGELO VERDAME SOBRINHO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. ART. 155, § 4º, I E IV, DO CP. DOSIMETRIA. ERRO DE CÁLCULO NA FIXAÇÃO DA PENA-BASE. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DAS PENAS ÀS FRAÇÕES DE EXASPERAÇÃO QUE O JUIZ DE PRIMEIRO GRAU PRETENDEU APLICAR (1/6). PARECER ACOLHIDO.
Ordem concedida.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, em benefício de **Angelo Verdame Sobrinho**, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo.

Narram os autos que o paciente foi condenado às penas de 3 anos e 1 mês de reclusão, em regime semiaberto, e pagamento de 12 dias-multa, como incurso no art. 155, § 4º, I e IV, do Código Penal (fls. 35/40 - Processo n. 0111182-45.2017.8.26.0050).

Irresignada, a defesa interpôs apelação perante o Tribunal de Justiça que, por sua vez, negou provimento ao recurso defensivo, com observação no sentido de que *os fundamentos do cálculo das sanções do sentenciado foram realinhados, sem alteração, contudo, no "quantum" do castigo imposto* (fls. 49/65 - Apelação criminal n. 0111182-45.2017.8.26.0050).

Daí o presente *writ*, em que se alega que houve *reformatio in pejus*, pois, em recurso exclusivo da defesa, o Tribunal, *ao invés de reduzir as penas para o fim de adequá-las às frações utilizadas pelo Juízo a quo, acabou por exasperar tais frações, e justificou o aumento com base em argumentos prejudiciais ao paciente - não constantes da r. sentença – inovando, portanto, na fundamentação e nos parâmetros da dosimetria, à míngua de recurso ministerial* (fl. 6).

Requer a concessão liminar da ordem para que seja cassada a exasperação da

Superior Tribunal de Justiça

pena aplicada pelo Tribunal estadual, *com subsequente redução da pena para aquela fixada com base nos critérios utilizados pelo Juízo de Primeiro Grau de Jurisdição - observada a correção material - para 02 anos, 08 meses e 20 dias de reclusão, e pagamento de 12 dias-multa* (fl. 7).

Indeferi o pedido liminar (fls. 70/71).

Prestadas as informações (fls. 77/78), opinou o Ministério Público Federal pela concessão da ordem, nos termos do parecer assim resumido (fl. 94):

HABEAS CORPUS. FURTO DUPLAMENTE QUALIFICADO (ART. 155, § 4º, I E IV, DO CP). DOSIMETRIA DA PENA. JUIZ SENTENCIANTE QUE PRETENDEU EXASPERAR A PENA, TANTO NA PRIMEIRA QUANTO NA SEGUNDA FASE, EM 1/6. ERRO DE CÁLCULO QUE RESULTOU NA FIXAÇÃO DA PENA-BASE EM 2 ANOS E 6 MESES DE RECLUSÃO (1/4 ACIMA DO MÍNIMO LEGAL) E A PENA FINAL EM 3 ANOS E 1 MÊS DE RECLUSÃO (1/4 SOBRE A PENA-BASE). CORREÇÃO DO ERRO EM SEDE DE RECURSO EXCLUSIVO DA DEFESA PARA ADEQUAR AS FRAÇÕES DE EXASPERAÇÃO DA PENA PARA 1/4, MANTIDO A PENA-BASE E A PENA FINAL NOS MESMOS PATAMARES FIXADOS NA SENTENÇA. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DAS PENAS ÀS FRAÇÕES DE EXASPERAÇÃO QUE O JUIZ DE PRIMEIRO GRAU PRETENDEU APLICAR (1/6). Pela concessão da ordem nos termos requeridos, para a “redução da pena para aquela fixada com base nos critérios utilizados pelo Juízo de Primeiro Grau de Jurisdição - observada a correção material - para 02 anos, 08 meses e 20 dias de reclusão, e pagamento de 12 dias-multa.”

É o relatório.

Estou de acordo com o parecer do Subprocurador-Geral da República Durval Tadeu Guimarães, deste teor (fls. 95/96 - grifo nosso):

[...]

5. Na sentença, o Juiz fixou a pena do paciente no seguintes termos, fl. 38: *“Inicialmente quanto ao réu Angelo. Possui maus antecedentes (condenação: 155 CP - 17ª vara criminal fls.169/171), de modo que elevo a pena em 1/6, totalizando 02 anos e 06 meses de reclusão e 11 dias-multa. Na segunda fase, verifico a reincidência (condenação: 155 CP 24ª Vara Criminal fls.169/171), de forma que imponho um acréscimo de 1/6, totalizando 03 anos e 01 mês e ao pagamento de 12 dias-multa. Estabeleço o valor de cada dia-multa no mínimo, na ausência de conhecimento das condições econômicas do réu.”*

6. Em sede de apelação criminal da defesa, o Tribunal de origem observou que o *quantum* da exasperação da pena na sentença, tanto na primeira quanto na segunda fase, correspondeu à fração de 1/4, e não de 1/6 como mencionado pelo juiz de primeiro grau. Assim, adequou *“as frações cominadas, nas primeira e segunda etapas dosimétricas, para 1/4 (um quarto), (...)”* (fl. 61), sem nenhum reflexo no *quantum* da pena, estabelecida em 2 anos e 6 meses (pena-base), tendo em vista os maus antecedentes e a utilização de uma das qualificadoras do crime de furto (não considerada pelo juiz de primeiro grau na pena-base), e em 3

Superior Tribunal de Justiça

anos e 1 mês (pena final), tendo em vista a reincidência específica.

7. Como se pode perceber, o Tribunal estadual corrigiu a fração de aumento para se adequar ao *quantum* da pena aplicada, tendo em vista que a pena-base de 2 anos e 6 meses de reclusão corresponde a 1/4 acima do mínimo legal, e não a 1/6 como consta da sentença, da mesma forma que a pena final de 3 anos e 1 mês de reclusão corresponde a um acréscimo de aproximadamente 1/4 sobre a pena-base, e não de 1/6.

Contudo, salvo melhor entendimento, o Tribunal de origem não procedeu com acerto, pois o correto seria adequar o *quantum* da pena às frações que o juiz de primeiro grau pretendeu aplicar, vale dizer, de 1/6, tanto na primeira quanto na segunda fase da dosimetria, pois assim assentou expressamente. O que o juiz sentenciante fez foi errar no cálculo aritmético da pena, pois 1/6 de exasperação acarretaria a fixação da pena-base em 2 anos e 4 meses de reclusão, ao passo que 1/6 sobre a pena-base acarretaria a fixação da pena final em 2 anos, 8 meses e 20 dias de reclusão.

8. Assim, pela concessão da ordem nos termos requeridos, para a “*redução da pena para aquela fixada com base nos critérios utilizados pelo Juízo de Primeiro Grau de Jurisdição - observada a correção material - para 02 anos, 08 meses e 20 dias de reclusão, e pagamento de 12 dias-multa.*”

De fato, houve erro aritmético no cálculo, já que, de acordo com os parâmetros utilizados pelo Juízo de Primeiro Grau, a pena final do paciente deveria ter sido fixada em 2 anos, 8 meses e 20 dias de reclusão, e pagamento de 12 dias-multa.

Ante o exposto, acolho o parecer e **concedo** a ordem para reduzir a pena do ora paciente para 2 anos 8 meses e 20 dias de reclusão, mais 20 dias-multa, mantido o regime inicial fixado.

Intime-se o Ministério Público estadual desta decisão.

Publique-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator